

*A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO BARREIRO/RS, APROVOU NA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO 08 DE SETEMBRO DE 2025, O SEGUINTE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, COM A REDAÇÃO QUE SEGUE.*

**PROJETO DE LEI Nº 106/2025**

**Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, autoriza a concessão de anistia de multa, remissão de juros, possibilita o parcelamento de débitos tributários e não tributários de pessoas jurídicas e dá outras providências.**

**Art. 1º.** Fica instituído no Município de Novo Barreiro, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, em simetria com a legislação federal, destinado a:

- I – promover a recuperação de créditos decorrentes de débitos relativos a tributos municipais vencidos até o dia 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, protestados ou apontados, com exigibilidade suspensa ou não;
- II – possibilitar que as **pessoas jurídicas** inadimplentes regularizem sua situação perante o Município.

**Art. 2º.** Na execução do REFIS, fica o Poder Executivo autorizado a conceder descontos aplicados sobre o total do débito de dívidas tributárias e não tributárias – nestes compreendidas as multas de mora e os juros de mora previstos no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 1.374/2013) – sobre os débitos inscritos em dívida ativa do Município, inclusive ajuizados e os já parcelados, obedecendo-se à seguinte Tabela:

<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b>	<b>PERCENTUAL DE DESCONTOS</b>
À vista e/ou em até 12 parcelas	Redução de 100% das multas e redução de 100% dos Juros.
Em até 18 parcelas	Redução de 90% das multas e redução de 90% dos Juros.
Em até 24 parcelas	Redução de 80% das multas e redução de 80% dos Juros.
Em até 36 parcelas	Redução de 70% das multas e redução de 70% dos Juros.
Em até 48 parcelas	Redução de 60% das multas e redução de 60% dos Juros.

**§ 1º.** A adesão ao REFIS municipal será realizada a partir da publicação desta Lei até o dia 31 de dezembro de 2025.

**§ 2º.** Poderão ser pagas ou parceladas na forma da tabela deste artigo as dívidas tributárias e não tributárias vencidas até 31 de dezembro de 2024, inscritas em dívida ativa, exclusivamente de pessoas jurídicas.

**§ 3º.** O valor da parcela será calculado pela divisão do montante total dos débitos, por tipo de cadastro, pelo número de parcelas escolhidas.

**§ 4º.** O pagamento à vista dar-se-á através de guia própria emitida, com vencimento na data da emissão.

**§ 5º.** O pagamento parcelado ocorrerá mediante guias emitidas no ato da assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Parcelamento, vencendo-se a primeira na data da assinatura, a segunda 30 (trinta) dias após, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

**§ 6º.** O saldo devedor apurado de débitos já parcelados poderá ser objeto de novo parcelamento nos termos desta lei, mediante requerimento da pessoa jurídica contribuinte.

**Art. 7º.** A opção pelo REFIS Municipal 2025 implica confissão irrevogável da dívida e sujeita a \_\_\_\_\_ pessoa \_\_\_\_\_ jurídica:

I – ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II – ao pagamento regular dos débitos municipais posteriores à vigência desta Lei.

**Art. 8º.** Considerar-se-á revogado o parcelamento na hipótese de inadimplência em 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, implicando na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado, atualizado e acrescido de multas e juros.

§ 1º. Nessa hipótese, será retomada a execução fiscal.

§ 2º. O cancelamento do parcelamento implica também na retomada de cobrança extrajudicial suspensa.

§ 3º. A pessoa jurídica excluída não poderá retornar ao Programa, mesmo que dentro do prazo de adesão.

**Art. 9º.** O Setor de Tributação exigirá das pessoas jurídicas contribuintes todos os dados e documentos necessários para atualização cadastral.

**Art. 10º.** Serão mantidos os parcelamentos em vigor até a entrada desta Lei, salvo opção expressa da pessoa jurídica pelo novo regime.

**Art. 11º.** As condições do parcelamento serão mantidas em caso de transferência de titularidade do imóvel vinculado à pessoa jurídica devedora.

§ 1º. A Certidão Negativa de Débitos só será expedida após a quitação integral, salvo emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa quando a pessoa jurídica estiver adimplente com o parcelamento.

**Art. 12º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Novo Barreiro, RS, Sala da Presidência, ao 08 dia do mês de setembro**

**Luiz Carlos de Souza Conceição**  
**Presidente do Legislativo Município**

